

Participação, democracia e republicanismo on-line? Reflexões sobre monitoramento das mobilizações e participação social da sociedade civil no Facebook

Edgilson Tavares de Araújo¹
Catiane Caldas de Brito²
Fernanda Nascimento Silveira³

RESUMO: Este trabalho busca contribuir para a análise dos novos sentidos da participação social por meio das novas tecnologias de comunicação e informação, especificamente, das redes sociais virtuais como o Facebook. O objetivo principal foi analisar criticamente os comportamentos, atitudes e práticas da participação da sociedade civil no Facebook, frente a questionamentos sobre problemas de pública relevância e preservação dos bens públicos. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica sobre os conceitos de participação, democracia e republicanismo e como se dá seus relacionamentos, bem como sobre o conceito de e-participação e suas repercussões das redes sociais. É descrita e analisada uma experiência de ensino-aprendizagem realizada no âmbito de uma disciplina acadêmica de Participação e Sociedade Civil, ofertada no curso de graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no qual se propôs uma metodologia de Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook, realizada por 20 estudantes-observadores mediante o lançamento de situações-problemas relacionadas aos temas violência, violência contra a mulher, reforma política e educação. Buscou-se, assim, compreender papéis de diferentes atores sociais e desenvolver habilidades políticas nos estudantes-observadores, com vistas ao exercício da cidadania ativa. Os resultados apontam para a efemeridade dos sentidos da participação virtual que muitas vezes é traduzida e reduzida a um “curtir”, bem como como este tipo de participação serve muito mais nos níveis da *terapia* e da *informação*, sendo por vezes usados para a *manipulação*.

PALAVRAS-CHAVE: e-participação, democracia, republicanismo, mobilização social, Facebook.

ABSTRACT: This work seeks to contribute to the review of new directions of social participation through new communication and information technologies, specifically, virtual social networks such Facebook. The main objective was to critically analyze the behaviors, attitudes and practices of civil society participation in Facebook, facing questions about issues of public importance and preservation of public goods. For this literature review was performed on the concepts of participation, democracy and republicanism and how their relationships are, as well as on the concept of e-participation and its impact of social networks. Also, is described and analyzed an experience of teaching and learning carried out within in an academic discipline Participation and Civil Society, offered in the undergraduate program in Public Management, in the Federal University of Recôncavo da Bahia, in which it proposed a methodology Monitoring Social Mobilization and Participation of Civil Society on Facebook, held for 20 student-observers by

¹ Professor Adjunto na área de Políticas Públicas, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutor em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, Universidade Católica Portuguesa – Lisboa – Portugal) – edgilson@gmail.com

² Estudante de graduação em Gestão Pública (UFRB) - caudebrito@hotmail.com

³ Estudante de graduação em Gestão Pública (UFRB) - fernanda.ufrb@yahoo.com.br

launching problem situations related to the themes violence, violence against women, political reform and education. We sought to understand the different social roles and develop political skills in students-observers, with a view to the exercise of active citizenship. The results point to the ephemerally of sense of virtual participation is often translated and reduced to a "like" and how this type of participation serves more levels of treatment and information, and sometimes used for manipulation.

KEYWORDS: e-participation, democracy, republicanism, social mobilization, Facebook

RESUMEN: Este trabajo busca contribuir a la revisión de los nuevos sentidos de la participación social a través de nuevas tecnologías de comunicación e información, en concreto, las redes sociales virtuales como Facebook. El objetivo principal fue analizar críticamente los comportamientos, actitudes y prácticas de participación de la sociedad civil en Facebook, frente a preguntas sobre asuntos de importancia pública y la preservación de los bienes públicos. Para esto, se realizó la revisión de la literatura en los conceptos de participación, la democracia y el republicanismo y cómo son sus relaciones, así como en el concepto de e-participación y sus repercusiones en las redes sociales. Además, se describe y analiza una experiencia de enseñanza y aprendizaje llevado a cabo dentro de una disciplina académica Participación y Sociedad Civil, ofrecida en el programa de licenciatura en Gestión Pública, en la Universidad Federal do Recôncavo de Bahía, en el que se propone una Metodología de Monitoreo de Movilización Social y Participación de la Sociedad Civil en Facebook, que se realizó con 20 estudiantes-observadores con el lanzamiento de situaciones problemáticas relacionadas a los temas de la violencia, la violencia contra las mujeres, la reforma política y la educación. Hemos tratado de comprender los diferentes roles sociales y desarrollar habilidades políticas de los estudiantes-observadores, con miras al ejercicio de la ciudadanía activa. Los resultados apuntan para la efímera del sentido de la participación virtual que a menudo se traduce y se reduce a un "me gusta" y cómo este tipo de participación sirve más niveles de terapia y la información, y, a veces utilizado para la manipulación.

PALABRAS CLAVES: e-participación, democracia, republicanismo, movilización social, Facebook

1. Introdução

República, democracia e participação são conceitos não unívocos, empregados de modo diverso, sendo dependentes e, por vezes, chegando à banalização. Participar enquanto condicionante à democracia e ao republicanismo, pode ser usado como verbo transitivo quando o sujeito é dirigido a uma meta ou alvo específico, tendo a clareza dos seus atos voluntários e espontâneos; ou verbo intransitivo quando o sujeito vivencia o processo sem qualquer objetivo definido, de modo amoral ou imoral, em atos teleguiados ou manipulados. De um modo ou de outro, na sociedade

hipermoderna⁴, cria-se cada vez mais a necessidade de desejo de participar, seja por este ser um ato amplamente aceito, necessário e politicamente correto, seja como slogan, fetiche ou mero instrumento ou metodologia (RAHANEMA, 2000). Na lógica democrática, os consensos obtidos politicamente mesmo que sempre provisórios, no referencial republicano lembra aos atores políticos de que é sempre necessária a participação ativa, buscando a construção de alvos mais universalizantes (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2011).

De modo ambíguo e ambivalente, as redes sociais virtuais cada vez mais funcionam como facilitadores destes desejos, por meio da chamada participação digital, eletrônica, e-participação, e-democracia. Compartilhar pensamentos, expressões e ações com os outros, inclusive desconhecidos, em escalas e tempos antes inimagináveis, tem se tornado oportunidade normal, não só para profissionais e especialistas, mas para amadores que tendem a despertar novos valores públicos no que diz respeito a participação popular via internet (SHIRKY, 2011). Percebe-se que o Facebook, por exemplo, é uma das ferramentas mais usadas na América Latina neste sentido, inclusive para promover o fortalecimento ou reinvenção de instituições políticas com identidades constituídas; para rejeitar ou modificar as condições de representação (COHN, 2011; WERNECK VIANA, 2011; ARNSTEIN, 2002); para protestar livremente sobre problemas de públicas relevância; para denunciar e mobilizar pessoas com forte consciência política ou mesmo aquelas que dizem apolíticas em torno das mais diferentes causas. Ter um perfil ou *fanpage* individual ou institucional no Facebook tem se convencionado como forma de identidade na atualidade, sendo além de uma ferramenta para diversão para encontrar amigos e novas relações (profissionais, afetivas, políticas etc.), mecanismo de articulação e mobilização política e social, que pode criar e desenvolver novas consciências individuais e coletivas em torno dos problemas de pública relevância e de bens públicos. Ou seja, por ser um importante instrumento de mobilização e participação da sociedade civil, pode criar novas formas estruturantes de protagonismo e associativismo civil (GOHN, 2010).

Considerando tal problematização, este trabalho traz resultados da aplicação uma metodologia de *Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook*, desenvolvida no âmbito do ensino da disciplina Participação e Sociedade Civil, ministrada no curso de graduação em Gestão Pública, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O objetivo principal foi analisar criticamente os comportamentos, atitudes e práticas da participação da sociedade civil no Facebook, frente a questionamentos sobre problemas de

⁴ Gaulejac (2007, p. 33) esclarece que esse termo foi proposto inicialmente por Max Pagès em 1979, e, posteriormente, aprofundado por Nicole Aubert, em 2004. “A hipermodernidade descreve a exacerbação das contrariedades da modernidade, particularmente a dominação ‘irracional’ da racionalidade instrumental, a realização de progressos tecnológicos e econômicos que são fatores de regressões sociais, a conquista de autonomia dos indivíduos, que os põe em dependência”.

pública relevância e preservação dos bens públicos. Buscou-se também compreender papéis de diferentes atores sociais e desenvolver habilidades políticas de estudantes-observadores, com vistas ao exercício da cidadania ativa.

Neste artigo é feito inicialmente um breve resgate conceitual sobre participação, democracia e republicanismo buscando mostrar as relações entre estes, bem como suas transformações de sentidos e imaginários no contexto das redes sociais virtuais. Também são mostrados os usos das redes sociais enquanto redes de mobilização social. Em seguida, explica-se a metodologia de Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook e discutidos principais resultados encontrados.

2. Resgatando os conceitos de participação

A participação é um tema extremamente estudado nas Ciências Sociais Aplicadas, principalmente, no âmbito da Ciência Política. Sem dúvidas, trata-se de uma das palavras mais usadas na gramática política, científica e popular da modernidade. Destarte a vasta produção existente a respeito sobre tema, continuamos com enigmas a serem decifrados (GOHN, 2010; BORDENAVE, 1994), visto que se trata de um assunto sério e ambivalente que não pode tratado como uma “palavra-ameba” ou como slogan fetichista (RAHANEMA, 2000).

A participação é uma *necessidade fundamental do ser humano*, seja por sua *base afetiva* de sentir prazer em fazer coisas com outras pessoas, seja pela *necessidade instrumental* de ao fazer as coisas conjuntamente e coletivamente, para que tendamos a ser mais eficazes e eficientes. Logo, não-participar significa *marginalidade*, estar fora, às margens de um processo sem nele intervir (BORDENAVE, 1994).

O vocábulo participação, vem da palavra *parte*, implicando em múltiplas acepções: *fazer parte, tomar parte, formar parte e/ou ter parte*. Logo, é possível, por exemplo, fazer parte sem tomar parte, surgindo as ideias de *representação* e *apresentação* também enquanto formas de participar. Daí a diferença entre o que se coloca como participação ativa e passiva, na qual a intensidade da participação varia de acordo com o cidadão mais inerte ou mais engajado (RAHANEMA, 2000; ARNSTEIN, 2002; BORDENAVE, 1994).

As palavras participação e participativo tornaram-se amplamente aceitas no jargão político do desenvolvimento no final da década de 1950, com ativistas sociais e funcionários de organizações internacionais e a inclusão de métodos participativos como dimensão essencial para o desenvolvimento. Na atualidade, existem várias razões para a ampla aceitação destas expressões, pois frente a democracia, não se considera como conceitos ameaçadores, tornando-se slogans politicamente e economicamente atraente. Acredita-se que a participação não só torna os projetos

mais eficazes, mas que é, ela própria, uma nova frente de investimento, atraindo recursos, envolvendo inclusive o setor privado nos empreendimentos em prol do desenvolvimento (RAHANEMA, 2000). Na década de 1960, é reforçada a noção de “participação popular”, associada às conexões com a Teologia da Libertação, buscando tornar o povo ator da sua própria história (SZWACKO, 2012), bem como, aumentar o controle de recursos e da movimentação dos que são excluídos deste controle, com objetivos de ter mais poder popular sobre o desenvolvimento (RAHANEMA, 2000). Na década de 70 e 80, principalmente, nos países da América Latina, a participação esteve muito associada às lutas da sociedade civil pelos processos de redemocratização. Assim, falar em participação num contexto brasileiro, por exemplo, antes de 1988, quando temos a promulgação da Constituição Cidadã, no qual são rearranjadas as regras do jogo político, garantindo o direito às eleições diretas pelos cidadãos, não tem o mesmo sentido que em “uma conjuntura de relativa estabilidade política pós-impeachment, desde quando a realização livre e competitiva de eleições foi, por alguns, confundida com a Democracia” (SZWACKO, 2012, p. 14).

As transformações da participação continuam ocorrendo até os dias atuais nos países que, como o Brasil, mudaram legalmente seus regimes políticos e continuam numa busca contínua pela criação e fortalecimento da democracia, demandando mudanças culturais e estruturais. “Os adjetivos da participação ilustram as suas mudanças: participação popular, cidadã, institucionalizada” (SZWACKO, 2012, p. 14). A ideia de *participação cidadã* “é entendida como o modo de tomar parte de um processo político, social e cultural por meio de ações coletivas organizadas e expressas em espaços públicos” (GOHN, 2008, p.13), sendo compreendida como um fenômeno multidimensional que abrange a gestão na formulação, implementação e controle das políticas públicas, implicando em tomada de decisões e controle social por parte da sociedade civil. Daí surge a *participação institucionalizada*, por meio da criação de diferentes instrumentos de políticas públicas, tais como os conselhos gestores, fóruns, conferências, orçamento participativo e planejamento participativo. Aposta-se, assim, num compromisso ético, somado ao protagonismo da sociedade civil e vontade política das forças democráticas organizadas (GOHN, 2008, 2010). Cabe salientar que ao existirem espaços institucionalizados de participação política e social dos cidadãos, não significa que esta ocorra de fato em níveis e sentidos desejados para a consolidação democrática. As práticas e estudos têm confirmado que nem sempre quem participa de algum conselho gestor, por exemplo, *toma parte*, mas muitas vezes *representa* interesses e instituições. Assim, cabe ressaltar as possibilidades de tipos de participação que podem existir.

Alguns autores como Rahanema (2000), Bordenave (1994) e Arnstein ([1969] 2002), fazem distinções quanto aos tipos de participação, propondo escalas para identificar níveis e graus de participação. Como já salientando, Para Rahanema (2002), participar pode ser usado como verbo

transitivo e intransitivo. Pode ser transitivo, quando dirigido a uma meta ou alvo específico, sendo também um ato voluntário e espontâneo, levando em conta a natureza ética das metas definidas, portanto, a questão moral. Por outro lado, pode ser intransitivo, quando o sujeito vivencia o processo sem qualquer objetivo definido, sendo assim, amoral e/ou imoral, chegando a ser um ato manipulado (teleguiado), no qual os participantes não sentem como se estivessem sendo forçados a fazer algo, mas são levados a agir da maneira gerenciada por centro fora do seu controle. Neste mesmo sentido, Bordenave (1994, p.29) distingue a *participação voluntária* e a *provocada*, acrescentando a *participação concedida*, na qual “a mesma viria a ser parte do poder ou de influência exercida pelos subordinados e [que] considera como legítima por eles mesmos e seus superiores”. Por exemplo, cita a participação nos lucros de uma empresa ou mesmo as ideias de planejamento participativo. Associada aos sentidos das participação, SherryAinstern, em 1969, colabora com uma escala de níveis de participação, entendendo que participar implica sempre em redistribuição de poder entre os governados no governo, como princípio fundamental da democracia. Do contrário, a participação não passa de um “eufemismo inócuo”, “auto-ajuda”, “envolvimento-cidadão”. Para a autora, a “participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente” (AINSTERN, 2002, p.4). Pensando nas diversas possibilidades de compartilhar o poder, estabelece uma escada de participação, com três níveis, conforme demonstrado na figura 1, a seguir:

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Figura 1 – Oito degraus da escada da participação cidadã
 FONTE: Arnstein ([1969] 2002, p. 16)

No **nível da não-participação**, destaca dois degraus: *1. manipulação* e *2. terapia*. Na *manipulação (1)*, quando há distorção do efeito participativo, cujo objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento e gestão, mas “educar” ou “curar” os participantes. Geralmente, as pessoas são convidadas a participarem de comitês e conselhos consultivos sem poder de decisão. Na *terapia (2)*, a ausência do poder é lidada literalmente como

distúrbio mental, havendo uma espécie de terapia grupal disfarçada de participação popular. As pessoas são envolvidas em muitas atividades, mas o foco é curá-las de suas “patologias”, ao invés de mudar as causas destas (ex: racismo, violência etc.).

No intermédio da escada, está o **nível da concessão mínima de poder**, sendo destacados três degraus: 3. *informação*, 4. *consulta* e 5. *participação*. A *informação*(3) diz respeito apenas a informar os cidadãos dos seus direitos, responsabilidades e opções pode ser o mais importante primeiro passo rumo a legítima participação cidadã. Há ênfase na mão única da informação – dos técnicos para os cidadãos – sem permitir retorno e poder de negociação. As informações são divulgadas em estágios finais de planejamento, apenas informando os “benefícios”, sendo usados instrumentos como impressos e reuniões com tais finalidades. A *consulta* (4) refere-se a solicitação de informações ao cidadãos, que não sendo integrada com outras formas de participação não oferece nenhuma garantia de participação efetiva (ritual de fachada). As pessoas são vistas como abstrações estatísticas e a participação é medida pelo número de participantes presentes, folhetos distribuídos, entrevistas, usando-se como principais instrumentos as pesquisas de opinião, assembleias de bairro e audiências públicas. Deste modo, consegue-se “participar da participação” e os tomadores de decisão enfatizam que cumpriam as normas de envolver as pessoas. A *pacificação* (5) é a concessão limitada de poder que permite aos sem-nada ou as “pobres confiáveis” aconselhar os poderosos, mas retém na mão destes o direito de tomar a decisão final. Ocorre, por exemplo, nas escolhas de representantes para conselhos e comitês de planejamento.

No ponto mais alto da escada, está o **nível de poder cidadão**: 6. *parceria*, 7. *delegação de poder* e 8. *controle cidadão*. A *parceria* (6) ocorre quando há a negociação de igual para igual com os detentores de poder, havendo efetivamente a redistribuição deste. Ambos os lados concordam em compartilhar planejamento e responsabilidades de decisão, por meio de conselhos paritários, comitês gestores. No caso da *delegação de poder* (7) ocorrem negociações entre cidadãos e técnicos, de modo que os cidadãos assumam poder deliberativo de determinado programa ou plano. Percebe-se formação de grupos separados de cidadãos e técnicos, estabelecendo que no caso de divergências, o grupo dos cidadãos tem o poder de veto sobre o planejamento. No degrau mais alto, está o *controle cidadão* (8), no qual o cidadão sem-nada detém a maioria nos fóruns de tomada de decisão ou mesmo o completo controle gerencial, assume a responsabilidade pela definição de ações e aspectos gerenciais. Mesmo neste último degrau desejado da participação, a autora afirma que muitas vezes a participação pode não passar de retórica e promover separatismo; criar balcanização dos serviços públicos; ser mais caro e menos eficiente; estimular o oportunismo etc.

O modelo de Arnstein ([1969] 2002), pode nos dias atuais ser visualizado nas diferentes formas de participação existentes nos processos e instâncias democráticas, não sendo tais degraus

excludentes. Isso pode ser observado inclusive nos processos de e-participação, que analisaremos mais adiante.

3. As relações entre participação, democracia e republicanismo

Atualmente, a participação além de atrelada ao empoderamento do cidadão, é comumente associada como condicionante para a democracia, deixando margem para múltiplas acepções, interpretações e práticas por vezes inovadoras, por vezes manipuladoras. Não é a toa que a democracia sempre é adjetivada como “participativa” ou “deliberativa”. Outras palavras menos faladas por parecer que já estão incorporadas naturalmente nas ações participativas e democráticas são república e republicanismo. Assim como a participação, democracia e república, são conceitos ambivalentes e que precisam ser melhor compreendidos. Logo, o que vem a ser participação, democracia e republicanismo na contemporaneidade? Quais os sentidos e relações existentes entre estas categorias teóricas e analíticas? Buscando responder tais questões, faremos breves considerações apontadas na literatura sobre os temas.

Assim como o conceito de participação, democracia e república são definições não unívocas e empregados de modo diverso. A democracia está comumente associada apenas a escolha direta de representantes políticos para governar e, conseqüentemente, este seria o auge do processo participativo. Não discordando completamente disso, devemos ampliar a lógica democrática para além dos aspectos participativos do voto e do jogo das instituições políticas. Neste sentido, a democracia pode ser confundida com igualitarismo, sendo que é algo muito mais amplo que está associada a processos de aprendizagem e, por isso, necessita reafirmar o republicanismo para avançar e se consolidar (CUNHA, MEDEIROS, AQUINO, 2011).

A retomada do republicanismo como referência na política atual, no contexto das crises econômicas, de regulação estatal, de representação e participação política, tem haver com a necessidade de reforçar gramáticas pertencentes a *res publica*, tais como virtude cívica, espaço público, bem comum, bom governo, comunidade política, “interesse bem compreendido” (Tocqueville). Busca-se, assim, integrar as referências modernas de liberdade individual e garantia de direitos subjetivos na esfera privada com as noções de virtude cívica e bem comum ligadas à ação no espaço público (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2011). No Brasil, isso coincide com a redemocratização e as garantias trazidas pela Constituição Federal de 1988, que

forneceu ao país um arcabouço, em grande medida, inovador em face da tradição nacional. O texto constitucional não apenas reafirmou que o Brasil constitui uma república, como também estabeleceu algumas das balizas que visam favorecer a cultura republicana, ainda que não tenha delimitado completamente (CUNHA; MEDEIROS, AQUINO, 2011, p. 18)

Há, assim, um “avizinhamento” conceitual entre república e democracia, mesmo sendo conceitos distintos enraizados historicamente em situações diferentes. Como nos lembra Werneck Viana (2011, p. 58), “A república é romana; a democracia, digamos, é grega”. Assim, historicamente, a institucionalidade republicana associada à democracia, especialmente, a democracia de massas, pode trazer efeitos controversos em grandes Estados, “abrindo margem para intervenções carismáticas, populistas, bonapartistas, cesaristas”. O autor nos lembra ainda que a república supõe

Que indivíduos com um *self* muito bem recortado, bem definido, com os seus interesses, digamos, bem compreendidos e definidos, se associam livremente em torno de propósitos comuns. O tema da vontade geral, da democracia direta, todas essas grandes perturbações nascem com o debate democrático. A América foi criada como uma república e não como uma democracia. A França tentou ser mais uma democracia do que uma república, embora a Revolução de 1789 tenha estampado o tema republicano (WERNECK VIANA, 2011, p. 58)

O conceito de república remete a pelo menos duas acepções, conforme descritas no esquema demonstrado na figura 2. Estas acepções não são opostas, mas até se complementam. Ao compreender a república como forma de vida política fundada no interesse comum, pressupõe-se a participação efetiva dos cidadãos nas instituições políticas e, o quão as instâncias participativas são de fato republicanas e democráticas, enquanto necessidade da comunidade política para gestão do que é público.

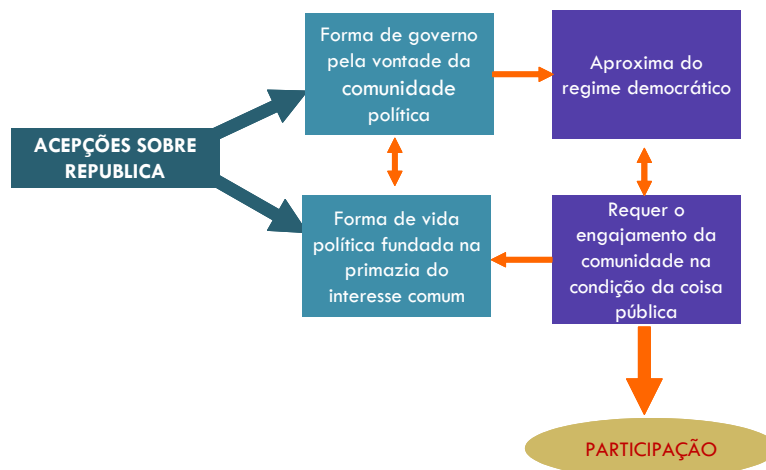


Figura 2 – Acepções sobre república

FONTE: Elaboração própria com base em Cunha, Medeiros, Aquino (2011)

A partir de tal análise, a construção republicana deve ser centrada na transformação ética da cultura política, cabendo uma análise e mutação e aprimoramento das instituições políticas. Constata-se que “a república se projeta hoje como um qualificativo da democracia, que é seu cenário inescapável” (CUNHA; MEDEIROS; AQUINO, 2011, p. 34 – itálico dos autores). Trata-se de buscar continuamente o interesse público por parte dos indivíduos e instituições, de modo que se consolide a “democracia deliberativa” com base na combinação entre a “democracia

representativa” e “democracia participativa” (PAZ; SOUTO, 2012). Isso implica em desenvolvermos uma nova cultura política⁵, considerando o republicanismo na interlocução da vida política/cultural na esfera pública, ou seja, uma cultura ética, pautada na civilidade, e respeito ao outro, contrapondo o patrimonialismo, corporativismo, clientelismo etc. (GOHN, 2005, 2008).

A partir de características da democracia e república debatidas por Cohn (2011) e Werneck Viana, montamos um quadro comparativo das características destes conceitos para depois associá-los aos de participação (Figura 3)

DEMOCRACIA	REPÚBLICA
Foco em quem escolhe os governantes	Foco nos resultados
Definição mais operacional (eleições livres e periódicas, liberdades)	Definição mais substantiva (coisa pública)
Traduzida como conjunto finito de regras	Possibilidade de aperfeiçoamento contínuo
Participação por representação	Presença ativa de participantes » exercício da virtude pública
Ampliação da participação no demos no exercício do poder	Remete as condições de exercício do poder (quem manda também deve obedecer)
Fórmula do governo da maioria	Desafio de promover a “implicação efetiva de todos na expressão da realização do bem comum” (CARDOSO, 2004 <i>apud</i> COHN, 2011)
Democracia como jogo Democracia como aprendizado = república (COHN, 2011)	Construção histórica e processual que resulta da própria democratização da esfera pública, que se tornou permeável a vontade dos indivíduos (WERNECK VIANA, 2001)

Figura 3 – Quadro comparativo entre as concepções de democracia e república.
FONTE: Elaboração própria com base em COHN (2011) e WERNECK VIANA (2011)

Pela análise da figura 3, podemos compreender que o conceito de participação permeia e está intimamente ligado não apenas a democracia, mas também a república, sendo inclusive, em alguns aspectos, mas relacionado a esta última. Se associarmos os conceitos a ideia de participar de modo *transitivo* e *voluntário* no processo de *tomar parte*, o sentido de república é muito mais próximo do se almeja como participação. A democracia quando vista como um processo de aprendizagem, ultrapassa a lógica do jogo político e se aproxima da república e, conseqüentemente, de uma lógica de *participação efetiva* e de *controle cidadão*. Estes são desafios postos que têm implicações diretas no sentido de estabelecer um projeto político e democrático que não se reduza “a um conjunto de interesses particulares de um grupo, organização ou movimento” (GOHN, 2005, p. 36-37). Isso não significa vaguidão do projeto político, tampouco que seja algo estático, mas

⁵“Cultura política é o conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo, ou no ato de votar. Política com ‘P maiúsculo’, relativa a arte de argumentação e do debate dos temas e problemas públicos e constrói uma cultura política pública” (GOHN, 2005, p. 34)

algo dinâmico e histórico, envolvendo diferentes correlações de forças, conflitos, consensos, legitimidade etc. Um projeto político republicano e democrático implica em pensar novas lógicas de mobilização social, que no contexto da hipermodernidade, frente as inovações tecnológicas, trazem novos desafios. Para isso, basta analisarmos o atual contexto, no qual surgem novos processos de mobilização social propostos pela sociedade civil via redes sociais virtuais, conseguindo a adesão e participação efetiva (ou não), transitiva ou não, de milhares de cidadãos em torno de propostas de mudança.

3. Sentidos da participação virtual: inovações na democracia e republicanismo?

Analisados os sentidos e relações entre participação, democracia e república, cabe agora compreendermos como as tecnologias de informação e comunicação, especialmente, o uso das redes sociais internet, tem possibilitado novos tipos de participação e participacionismo, sendo atrelada a gramáticas que parecem ter mais apelo que a democracia e o republicanismo.

Além de trazer evolução nas formas de comunicação, a internet inova nas formas de mobilização e participação, reunindo qualidades do *broadcasting* e da comunicação de duas vias, criando uma nova cultura da colaboração. Na Internet pode-se estimular a criação e provisão de bens públicos, mas não existe a garantia de que serão produzidos (SPYER, 2007). Isso implica na adesão à novas formas de participação, que em muitos casos não passa do grau da *informação* (ARNSTEIN, 2002), implicando em processos mais democráticos, já que a colaboração no mundo virtual é quase sempre movida por vontades voluntárias e espontâneas.

Assistimos na atualidade a diversidade de mobilizações, campanhas, eventos, *flash mobs*⁶, que são disseminadas por meio das diferentes ferramentas tecnológicas da Web 2.0 (que vê a internet como plataforma com maior interação e com conteúdos compartilhados de modo colaborativo). São blogs, sites de compartilhamento e redes sociais como o Twitter e Facebook, que ampliam as possibilidades de interação intergeracional e interterritorial, permitindo visualizar as conexões existentes para além dos nossos relacionamentos presenciais, o que muitas vezes torna nossa “vida virtual” muito mais ampla e diversificada. Além disso, possibilitam a produção de conteúdos diversos (informativos ou não) pelos usuários, de modo colaborativo, multiplicando exponencialmente as opções de fontes de informações. As redes sociais, em especial, têm sido usadas para além fazer e manter novas conexões sociais, sendo poderosas ferramentas de

⁶ Flash mobs são mobilizações convocadas de modo instantâneo, reunindo as pessoas em certo lugar para realizar determinada ação previamente combinada. Estas comumente têm sido convocadas por meio de eventos no Facebook. É comum ver um grande número de pessoas que confirmam a participação nestas mobilizações, porém, de fato, não comparecem a estas.

organização política da sociedade civil (LOPES, 2012; SPYER, 2007; SHIRKY, 2012). Como ressaltava Shirky (2012), isso implica em novos desafios:

Nossas ferramentas sociais não são um melhoramento da sociedade moderna; são um desafio a ela. Uma cultura com gráficas é de um *tipo* diferente de uma que não as possui. Novas tecnologias possibilitam novas coisas: em outras palavras, quando as novas tecnologias aparecem, coisas antes impossíveis começam a acontecer. Se um número suficiente dessas coisas impossíveis têm importância e ocorre em quantidade, rapidamente, a mudança transforma-se em revolução (SHIRKY, 2012, p.93)

Casos como a Primavera Árabe, na Tunísia; *Occupy*, em Wall Street; os Indignados, na Espanha; e mais recentemente as manifestações ocorridas desde junho de 2013 no Brasil (conhecido como #vempruarua), são fenômenos que emergiram graças ao processo de auto-organização descentralizada e em grande escala, facilitados pelas plataformas de redes sociais, como o Facebook (PRIETO-MARTIN, 2012; SOARES, 2011). As redes sociais mudaram os sentidos usos da mobilização social (BARRETO, 2011) e, conseqüentemente, da participação, surgindo assim o que tem se chamado de e-participação, e-democracia (PRIETO-MARTIN, 2012) e, por que não, também afirma de e-republicanismo.

A participação eletrônica ou e-participação, segundo Prieto-Martin (2012), nada mais é do que a própria participação, porém, sem sua versão do século XXI, que ocorre com maior velocidade e muda radicalmente a sua forma de operar. Coisas antes vistas como inalcançáveis nas mais variadas causas e problemas de pública relevância, são hoje possíveis graças as infraestrutura tecnológica participativa própria deste século. Logo, a e-participação envolve tudo aquilo que possibilita, estende ou aprofunda a capacidade das pessoas para influenciar as decisões e convidam a ações que afetam suas vidas (incluindo o uso de tecnologias da informação) (PRIETO-MARTIN *et all*, 2012 apud PRIETO-MARTIN, 2012). Isso envolve uma nova concepção sobre mobilização social, enquanto “ação coletiva para buscar resolver problemas sociais, diretamente, via mobilização e engajamento das pessoas” (TORO, 2006 apud GOHN, 2010). Tais ações coletivas quando feitas via internet e suas redes sociais, por meio da e-participação, podem romper círculos viciosos, mas, também, gera novas problemáticas.

Um dos efeitos notáveis da e-participação é que esta vem a reduzir as barreiras que existem para a participação, permitindo, por exemplo, que cidadão participem de um dado processo da sua própria casa e em quaisquer horários que seja pertinente. Aumenta-se substantivamente os efeitos participativos se, por exemplo, ao invés de necessitarmos de semanas para organizar uma manifestação, agora é possível convocar os interessados sobre um dado tema para concentrar-se em um dado local em questão de horas, demonstrando um aumento do poder de pressão dos cidadãos.

Outro efeito interessante da e-participação é que esta facilita também a consecução e empoderamento de pequenas massas críticas, capazes de desencadear ações coletivas (PRIETO-MARTÍN, 2012). Isso pode ser verificado, por exemplo, com os novos movimentos sociais

urbanos que surgem em torno do mobilidade urbana (ex. Bicletada Massa Crítica, Mobicidade Salvador), das questões de gênero (ex. SlutWalk, Marcha das Vadias, Marcha Mundial de Mulheres etc.), entre outros. Deste modo, pode-se perceber que o poder multiplicador da internet e das redes sociais cria um terreno fértil mais favorável, mais interconectado, que informa, potencializa e dinamiza a ação coletiva em geral, permitindo a cidadania organizar-se autonomamente como “exames inteligentes” que buscam soluções para seus problemas e inquietudes, por meio da participação em redes de governança colaborativa (SHIRKY, 2012)

Cabe ressaltar que as novas mobilizações sociais envolvendo a e-participação, trazem novos conceitos e categorias analíticas. Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos etc. passam a ser trocadas por capital social, inclusão, reconhecimentos social, empoderamento, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos, laços sociais etc. Se por um lado simbolizam inovações quanto ao republicanismo enquanto forma de vida cívica, por outro, podem reforçar uma *negação* ou *esquecimento* da dimensão do político, que pode ser “substituída por um tipo de participação, construída-induzida” (GOHN, 2010, p. 28). Tal dimensão é “o espaço possível da construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena” (p. 28). Isso pôde ser percebido, por exemplo, nos processos de mobilização para as manifestações geradas pelo #vemprarua, nos quais já nos primeiros atos, percebia-se a diversidade de grupos e instituições políticas, além dos “sem grupo”, “sem partidos”, “sem ideologias previamente definidas”, para protestarem pelas mais diferentes causas e problemas públicos. Estas manifestações foram organizadas e mobilizadas via redes sociais, iniciadas pelo indignação devido ao aumento de R\$0,20 (vinte centavos) nas passagens de transportes públicos em São Paulo – SP, organizadas pelo Movimento Passe Livre. Isso gerou uma grande comoção pública e indignação generalizada da população brasileira, já que as manifestações não eram “apenas por R\$0,20”, desencadeando uma série de protestos em diferentes cidades. Tais manifestações foram (e vem sendo pontualmente em algumas poucas cidades) pelos mais diversos problemas públicos, inclusive a questão da mobilidade urbana, a corrupção, o preconceito de gênero e de sexualidade, a falta de transparência nas contas públicas etc.

Os imaginários criados nas mobilizações via redes sociais são sintetizados em *hashtags* (palavras-chave antecipadas pelo símbolo #, como o #vemprarua) que se tornam *hiperlinks* nas redes sociais que são indexáveis nos mecanismos de busca. Logo, os imaginários enquanto “conjunto de valores e apreciações, que fazem os indivíduos atribuírem juízos de valor” (TORO, WERNECK 1997, p. 19), criam cada vez mais e em velocidades extremas novos instituintes que podem dar ou não sentidos a participação, democracia e republicanismo.

4. As redes sociais virtuais como redes de mobilização social

O poder das redes sociais nos processos de mobilização social, ainda é enigmático em vários aspectos, seja por sua fluidez, seja pelos extremismos e ambiguidades, seja pelo caráter por vezes efêmero de muitas mobilizações virtuais realizadas muitas vezes entre “desconhecidos” que, simplesmente, estão descontentes com relação a algum problema que o tornam público ou acreditam em alguma utopia. A mobilização social pode ser entendida neste sentido como o processo de “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado” (TORO, WERNECK, 1997, p. 11). Cabe salientar aqui, que no caso das mobilizações usando redes sociais, a e-participação, permite que hajam diferentes interpretações que levam a um sentido e ação que podem ou não sair da virtualidade para a materialização, seja indo para as ruas em forma de protestos e manifestações, seja assinando petições para entrega nas instituições políticas, seja arrecadando recursos para uma dada causa etc.

A descentralização é um dos fatores que atrai para o trabalho em rede sociais. As pessoas interagem mesmo em alguns casos sendo anônimas e desconhecidas entre si, havendo autoridade central para mediar conflitos nem havendo sanções físicas ou monetárias (SPYER, 2007). Estes são espaços, antes de tudo, ambientes de relacionamento que revolucionaram as mídias sociais⁷, principalmente, por criar redes que estão conectadas de modo permanente circulando uma diversidade de informações de modo síncrono (em tempo real, como nas conversações, por exemplo) e assíncrono (quando a mensagem é enviada e lida e respondida, como no envio de mensagens *inbox*). As redes sociais “tornaram-se a nova mídia, em cima da qual informação circula, é filtrada e repassada; conectada à conversação, onde é debatida, discutida e, assim, gera a possibilidade de novas formas de organização social baseadas em interesses das coletividades” (RECUERO, 2011, p. 16). Cabe salientar que com a convergência tecnológica, há um aumento da mobilidade do acesso às informações, por meio dos celulares, *iphones, smartphones, tablets* etc., constituindo fluxos informacionais da Era da Hiperconexão, como preconizado por Manuel Castells. Logo, a própria noção de sincronidade na comunicação passa a ser alterada e, conseqüentemente, altera os processos de mobilização social, seja pela velocidade para formar opiniões, seja para tomadas de decisões.

Mas, afinal o que motiva e estimula e mobiliza as pessoas a criar fazer parte de tais redes, serem produtores, editores e reeditores de informações? O que faz pessoas que no cotidiano, muitas vezes são tímidas e sem poder de expressão, criarem tal poder (mesmo que simbólico) por meio das

⁷O termo mídia social “compreende um fenômeno complexo, que abarca o conjunto de novas tecnologias de comunicação mais participativas, mais rápidas e mais populares e as apropriações sociais que foram e que são geradas em torno dessas ferramentas. É um momento de hiperconexão em rede, onde estamos não apenas conectados, mas onde transcrevemos nossos grupos sociais e, através do suporte, geramos novas formas de circulação, filtragem e difusão dessas informações” (RECUERO, 2011, p. 15)

redes sociais? Até que ponto as redes sociais virtuais, como o Facebook, podem constituir redes associativas criando laços e vínculos mais duradouros do ponto de vista político? As redes consolidam novos instrumentos democráticos que estimulam e fortalecem o republicanismo?

Argumentando sobre as possíveis motivações para o engajamento das pessoas nas redes sociais Spyer (2007) e Shirky (2011, 2012), salientam que a proliferação das ações colaborativas no mundo virtual ocorre principalmente por algumas vantagens como: a expressiva diminuição de custos para a produção de bens públicos e disseminação de informações; a ampliação de benefícios, motivando e estimulando a coordenação; a redução de esforços de coordenação; a redução do número de envolvidos em processos complexos. Mesmo assim, sabe-se que *motivação* individual e da *coordenação* para que se atinja objetivos ainda represente grandes desafios.

Kollock apud Spyer (2007) aponta alguns dos principais estímulos individuais que levam as pessoas a participarem de comunidades e ações colaborativas via internet:

- *Reciprocidade*: uma pessoa fornece informações relevantes na expectativa, mesmo que latente, que será recompensada com informações no futuro;
- *Prestígio*: para ser respeitado e reconhecido num determinado grupo, um indivíduo pode oferecer informações de qualidade, fartura de detalhes técnicos nas respostas, apresentar disposição para ajudar os outros e redação elegante. Isso ocorre inclusive com os líderes e moderadores em comunidades virtuais;
- *Incentivo social*: o vínculo a um determinado grupo leva as pessoas a oferecer voluntariamente ajuda e informações. A contrapartida está muito ligada a expansão de vínculos sociais;
- *Incentivo moral*: o prazer associado à prática de boas ações estimula as pessoas a doarem seu tempo e esforço.

Com tais estímulos, percebemos a criação de “espirais colaborativas” (SHIRKY, 2011) de pessoas que se unem para debater, se mobilizar e buscar resolver uma dada questão. Para além do uso das redes sociais como passatempos com jogos online, compartilhamento de coisas engraçadas, piadas etc. aumenta-se o número de ações de defesa do consumidor (boicote a produtos e serviços, denúncias de empresas); participação em projetos sociais (pessoas que se unem para solução de problemas comuns, promoção de diálogos interculturais; ajuda mútua de pessoas que enfrentam os mesmos problemas trocando informações e buscando conforto emocional (problemas solucionados coletivamente) etc. Shirky (2012, p. 191), salienta que um dos efeitos mais significativos dessas novas ferramentas virtuais, “resida na maior influência que conferem às pessoas mais conectadas. A coesão de uma grande rede social decorre menos do aumento do número de conexões que o membro médio da rede pode sustentar que do aumento do número de conexões que aqueles mais conectados podem sustentar”.

Desta maneira, “a rede oferece uma plataforma para organizar e disseminar informações que nivela a força do indivíduo na sociedade” (SPYER, 2011, p. 132), criando espaços sociais distintos produtores de processos de mobilização, no qual os usuários vão se atorizando pelo uso do poder simbólico professado por Bourdieu. Logo, o Twitter e o Facebook são grandes instrumentos do *espaço social*, ou mesmo o próprio espaço social em construção. O espaço social está constituído de tal forma que os agentes se distribuem nele em função da sua posição com relação ao acúmulo do capital econômico e o capital simbólico. O capital simbólico, sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento, que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior de um campo (BOURDIEU, 2004). Como nos afirma Bourdieu,

se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também, são armas, comanda representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 1976 apud SPYER, 2007)

Sobre a asserção colocada anteriormente, Spyer (2007, p. 27) cita uma fórmula célebre de Pascal: “O mundo me contém, me engole como um ponto, mas eu o contenho”. Logo, o espaço social engloba cada pessoa como um ponto, e esse é um *ponto de vista*, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma *perspectiva* definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir a qual é assumida. Logo, “o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele” (p. 27). Neste aspecto é importante lembrar que nos dias atuais as pessoas não conseguem viver sem acessar as redes sociais em todos os lugares, espaços e tempos. A noção de espaço-tempo para acessar informações no Facebook, por exemplo, é diluída entre uma reunião de trabalho e outra, entre uma diversão e o enfrentamento de questão problemática, entre o dormir e o despertar.

Dentre as principais redes sociais virtuais que se constituem enquanto espaços sociais na atualidade, estão o Facebook e Twitter. Mas, na verdade, estas foram iniciadas com um serviço pouco conhecido, chamado SixDegrees.com, lançado em 1996. Em 2004, surgem o Orkut e o Facebook, sendo que o primeiro, logo cai em desuso. Antes destes, houve o Friendster⁸, que não durou muito tempo (SHIRKY, 2011). O Facebook foi criado por Mark Zuckerberg e outros estudantes da Universidade de Harvard, EUA, visando a interação social, hospedagem de fotos e vídeos, troca de mensagens, além de disponibilizar uma série de aplicativos para seus usuários. A

⁸Este serviço fracassou em seu propósito de se tornar uma rede social, não devido a limitações de software, mas porque naquela época não haviam pessoas que se sentissem à vontade para participar de uma vida social on-line (SHIRKY, 2011)

expressividade de expansão e usos (inclusive político) do Facebook vem sendo surpreendente. Talvez seus próprios criadores não tivesse noção disso. Este é o site de relacionamento mais popular do mundo na atualidade. Segundo o site Socialbakers, especializado em estatísticas de redes sociais, o Facebook tinha em junho de 2011, perto de 750 milhões de usuários ativos. No fim de 2011, o Brasil tinha 35,1 milhões de usuários. Um ano depois, o número chegou perto de dobrar e foi para 64,8 milhões. Isso significa que a abrangência do Facebook no Brasil se aproxima a um terço (32,4%) da população de 201,1 milhões de pessoas. Com isso, o país se tornou o segundo em número de perfis, atrás dos Estados Unidos em primeiro, e seguido pelo Índia que aparece em terceiro lugar. Segundo o relatório do Socialbakers citado por Congo (2013):

Avaliando somente a população com acesso a internet, o estudo afirma que o Facebook abrange [no Brasil]82,32%.O maior grupo de brasileiros na rede tem entre 18 e 24 anos (20,8 milhões). Os perfis de mulheres são maioria (54%) do total.O número continua a aumentar. Mais 962 mil brasileiros se cadastraram na rede no último mês. O relatório diz que o Facebook tem muito potencial para crescer no Brasil, já que o Orkut ainda tem relevância no país. Metade dos usuários do Orkut são brasileiros, segundo divulgado pela rede do Google (CONGO, 2013)

Cabe salientar que, no Brasil, o Orkut foi preferência até agosto de 2011, segundo o instituto Ibope Nielsen, quando foi ultrapassado pelo Facebook. Na época, a pesquisa informava que a o Facebook estava com 30,9 milhões de usuários e o Orkut com 29 milhões (CONGO, 2013). Interessante observar que os usuários do Orkut chegaram a decretar a morte deste. Em muitos casos, percebe-se que alguns usuários mantêm perfis neste site, porém, sem utilizá-lo.

O que é mais surpreendente é como o Facebook ganha tais proporções num país como o Brasil, com tamanhas discrepâncias e problemas sociais, criando uma nova “economia da colaboração” ou “economia da doação” baseadas em trocas de “presentes informacionais” na internet, destinados não apenas a indivíduos, mas a grupos (SPYER, 2007). Interessante observar que os administradores do Facebook querem ser pagos e são, podendo parecer injusto que amadores contribuam gratuitamente com seus trabalhos. Mas, ao que se aponta nesta “divisão digital meeira” as pessoas não se importam em não serem pagas pelos seus compartilhamentos e colaborações virtuais, retomando-se assim o sentido essencial do “amadorismo” e sua a motivação intrínseca: “ser amador é fazer uma coisa por amor” (SHIRKY, 2011, p. 77). Por outro lado, esse tipo de troca grupal favorece a alguns indivíduos se colocarem na posição de parasitas ou receptores passivos, criando mais um dilema social (SPYER, 2007), principalmente, se formos analisar do ponto de vista da participação política.

Diante tais abordagens, podemos perceber o potencial das redes sociais virtuais, em especial o Facebook (objeto deste estudo), enquanto instrumentos de consolidação de espaços sociais abertos para a participação democrática e desenvolvimento/exercício de virtudes cívicas republicanas, quando ocorrem processos mobilizadores em torno de problemas de pública relevância. Porém,

ressaltamos que se criam também vários dilemas quanto a efemeridade dos processos participativos, podendo criar processos mais fragilizados que os de representação, nos quais um simples “curtir” possa significar participar.

5. A metodologia do Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook

Expostos os conceitos e abordagens que fundamentam esse trabalho, passemos a explicação mais detalhada e análise da experiência de ensino vividas pelo primeiro autor deste artigo enquanto docente-mediador e das demais autoras como estudantes-mediadoras da disciplina Participação e Sociedade Civil, no semestre 2011.2, ofertada no curso de Gestão Pública, da UFRB. O *Monitoramento das Mobilizações e Participação da Sociedade Civil no Facebook*, conforme já salientado, não se trata de uma atividade que teve objetivos que levassem em conta o rigor de uma pesquisa científica tradicional para analisar pragmaticamente os processos de participação social (se é que isso é possível). Frente aos debates recentes sobre o uso das redes sociais como ferramentas democráticas de participação, buscamos neste trabalho propiciar que os estudantes aprendessem observando e praticando a chamada e-participação nas redes sociais. O objetivo do trabalho foi, portanto, além da experimentação das redes sociais virtuais para discutir questões políticas, analisar criticamente os comportamentos, atitudes e práticas da participação da sociedade civil no Facebook, com relação a questionamentos sobre problemas de pública relevância e a preservação dos bens públicos. Compreende-se como sociedade civil neste trabalho, não apenas os agentes institucionalizados tais como ONGs e movimentos sociais, mas a coletividade que se mobiliza em torno de discussões e ações relacionadas a determinadas causas. Deste modo, foi possibilitada a compreensão de papéis de diferentes atores sociais e o desenvolvimento habilidades políticas nos estudantes-observadores, com vistas ao exercício da participação ativa.

A metodologia já havia sido testada em outros contextos educacionais, sendo adaptada para a turma do curso de Gestão Pública. Trata-se de um processo simples, baseada na criação e análise de *posts* no Facebook, que são retroalimentados e debatidos. A experiência foi realizada entre 15 de outubro e 07 de dezembro de 2012, numa observação participante por 20 (vinte) estudantes de graduação, divididos em quatro grupos temáticos (violência contra mulher, violência, reforma política e educação). Os temas foram escolhidos pelos próprios estudantes de modo livre, após trabalharmos uma série de problemáticas sociais estimuladas por meio da composição musical *Tempos quase modernos*⁹, de autoria de Roberto Mendes e Capinam (2005), interpretada por Elba

⁹A música pode ser acessada em vários sites da internet, entre eles: <http://www.vagalume.com.br/roberto-mendes/discografia/tempos-quase-modernos.html>

Ramalho e Gabriel, O Pensador. Após reflexão sobre a música, textos e aulas relacionadas a participação, democracia e república, chegaram-se a esses temas.

A ideia proposta inicialmente para o Monitoramento era focada nos processos de mobilização que ocorrem pelo Facebook. Porém, por restrições temporais¹⁰, optou-se por dar mais ênfase nas questões relacionadas a e-participação espontânea dos usuários nas discussões sobre diferentes temas. O *Monitoramento* foi realizado no período de 13 de novembro a 12 de dezembro de 2012. Neste dias realizou-se uma espécie de “internetnografia” por meio da vivência da chamada participação virtual nas redes sociais.

Antes de iniciar a atividade foi elaborada coletivamente uma *carta de princípios* orientando alguns posicionamentos operacionais, comportamentais e éticos. Além de todas as questões éticas e prazos a serem cumpridos, houve um acordo para que em nenhum momento do processo fosse declarado que os *posts* faziam parte de uma atividade acadêmica. Outro acordo é que os membros de uma mesma equipe não poderiam comentar e curtir *posts* dos seus colegas de equipe, porém, poderiam fazer isso com relação aos *posts* das demais equipes. Além disso, os estudantes mantinham suas postagens cotidianas normais sobre diferentes outros assuntos, compartilhamentos de vídeos, notícias etc.

A primeira atividade foi um levantamento para preenchimento de um *inventário* sobre os perfis de cada equipe e sobre perfis, *fanpages* e eventos no Facebook relacionados a temática de cada grupo. Quando se encontravam *fanpages* interessantes cada membro da equipe “curtia” de modo a se tornar seguidor destas. O somatório de amigos nos perfis individuais de cada equipe geral de amigos totalizaram, naquele momento, 7398 perfis, salientando que em muitos casos poderiam haver duplicidade no sentido da quantidade de amigos em comum entre cada perfil. De todo modo, percebe-se a grande abrangência que as informações podem ter. Dos 20 alunos participantes do processo, 17 declaravam acessar o Facebook pelo menos 3 vezes por dia.

A segunda atividade consistiu na postagem de uma dada situação problema proposta pelo professor e que era adaptada pelas equipes para ser postada apenas em um dos perfis e depois compartilhadas nos demais perfis de cada equipe. Criaram-se situações problema aproveitando o período das comemorações da Proclamação da República, em 15 de novembro de 2012. As situações-problema 1 foram sugeridas sendo inspiradas em conexões entre este evento e os temas democracia, participação e republicanismo, sendo sugerido que acrescentassem *links* de matérias recentes publicadas na imprensa que tratassem dos assuntos. As situações problema 2 e 3 foram propostas por cada equipe, sendo validadas pelo professor antes de serem postadas. No quadro a seguir (Figura 4) apresentam-se todas as situações-problema postadas.

¹⁰ Este foi um período de retorno de uma longa greve dos professores nas instituições de ensino superior federais no Brasil, que durou de maio a setembro de 2012, fazendo com que várias atividades acadêmicas fossem replanejadas.

TEMÁTICA	SITUAÇÕES-PROBLEMA 1	SITUAÇÕES-PROBLEMA 2	SITUAÇÕES-PROBLEMA 3
Violência	<p>Dia 15 de novembro é feriado de que mesmo? Escutei (alguém) falando isso na (rua, ônibus etc.). Pois é, dizem que se “comemora” a Proclamação da República no Brasil, desde 1889 e que foi uma forma de aproximar a democracia... Após três décadas de redemocratização, será que o Brasil encontra-se realmente numa trajetória republicana? O que temos a comemorar quando, por exemplo, se vê a violência como princípio para tudo? Medidas como essa, da utilização de armas de choque contra usuários de crack, expressam nossa questão republicana?</p> <p>Anexar o link: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1185334-policia-usara-arma-de-choque-contraviciados-em-crack.shtml</p>	<p>Segundo dados do IBGE divulgados em 30/11/2011, os homens jovens na faixa entre 15 e 29 anos são os que mais morrem de causas de violência no país, principalmente no Nordeste. O que a sociedade civil baiana pode fazer para mudar esse quadro? Quão utópica é uma sociedade sem violência? O que cada um de nós tem feito para mudar essa situação?</p>	<p>A violência sexual a crianças de 0 a 9 anos é o segundo maior tipo de violência mais característico nesta faixa etária, ficando pouco atrás das notificações sobre negligência e abandono. Um levantamento do Ministério da Saúde, em 201, registrou 14.625 notificações de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de 10 anos. A violência sexual contra crianças até 9 anos representa 35% das notificações. A sociedade tem que se mobilizar para mudar essa situação! Basta! O que devemos fazer? Leias mais rigorosas deveriam ser criadas?</p>
Violência contra as mulheres	<p>No dia 15 de novembro de 1889 a nossa república era proclamada por “bons homens”. Desde sempre a violência contra a mulher ocorre na nossa república democrática. O que as mulheres podem comemorar com relação a república atual? Será que as mulheres encaram a república como um modo de vida na atualidade?</p>	<p>E na Bahia, o que a sociedade civil tem feito para quebrar o silêncio que ainda existe entre mulheres que sofrem ou sofreram agressões físicas, psicológicas ou morais? Toda ação tem uma reação, é fato... Mas, quais as reações que se têm das mulheres e de todos os cidadãos, quando estas são agredidas desde as letras de música, aos quase estúpos em blocos de carnaval??? Será que tudo se pode, principalmente, quando é na Bahia e com as mulheres baianas? É preciso refletir sobre essas questões e se posicionar diante delas, vamos lá sociedade baiana, juntos dizer não a toda forma de violência.</p>	<p>É incrível como o machismo ainda é tão presente na sociedade brasileira. Em algumas andanças pela UFRB, ouvi um colega bradar a seguinte frase: “mulher que anda de shortinho tem mais e que ser estuprada mesmo... A culpa é delas mesmo”. Como assim gente? Quer dizer que agora nós temos que nos vestir de burca porque os homens não conhecem a palavra LIMITE? Um homem sem camisa está pedindo para ser estuprado? Vale lembrar que o corpo é NOSSO e o usamos da maneira que bem entendemos. Nós somos livres e que isso fique bem claro!</p>
Reforma Política	<p>O que vamos comemorar esse ano no dia 15 de novembro? Uma república como forma de governo ou como forma de vida voltada para o interesse comum e público? A democracia como um jogo ou como modo aprendizagem? Pelo resultado das eleições podemos questionar várias coisas. Vale lembrar que o Brasil foi proclamado como uma República e não necessariamente como uma democracia, apesar de hoje uma ser condicionante a outra. Ainda bem que a sociedade civil tem participado ativamente e se mobilizado para a reforma política.</p>	<p>Democracia é muito mais que o direito de votar e ser votado num sistema político formal. É uma forma de aprendizagem e relacionamento cívico entre a diversidade de cidadãos organizados e mobilizados pela ampliação da participação social na esfera pública. Para isso é preciso mudanças profundas na Estrutura do Estado, em todas as suas esferas e poderes. Algumas propostas que temos que lutar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - fortalecimento da democracia direta; - fortalecimento da democracia participativa; - aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos; - democratização da informação e da comunicação; - democratização e transparência do poder judiciário. <p>O que a sociedade deve fazer neste sentido? Quais as forças mobilizadoras que podemos usar?</p>	<p>“É preciso ter honestidade intelectual, que há grande déficit de justiça entre nós. Nem todos os brasileiros são tratados como iguais quando buscam o serviço da Justiça” – afirmou o Ministro Joaquim Barbosa, novo presidente do STF e CNJ. De fato só sabe a “igualdade” do tratamento no judiciário quem precisou ou foi convocado por ele um dia. Precisamos de uma reforma política que garanta de fato justiça e equidade para o povo. Reforma política também implica em pensar numa reforma do judiciário e na participação ampliada da sociedade nas decisões políticas e não apenas na judicialização destas. O que estamos fazendo nestes sentido?</p>

Educação	(Meu filho, a filha da minha amiga etc.) comentou a atividade que fez na escola sobre as comemorações do 15 de novembro? O engraçado é que as escolas continuam passando uma visão ingênua sobre a nossa república democrática. O que podemos fazer para politizar mais nossas crianças e jovens para entender o verdadeiro sentido republicano, como forma de vida e civilidade?	A sociedade civil deve cada vez mais se mobilizar pela educação pública, de qualidade e para todos! Além das reivindicações para "erradicação do analfabetismo, a implantação imediata do sistema de cotas e o investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação", que outras ações concretas podem ser envolvidas de em um projeto popular, em que o povo de fato participe de modo ativo? .	Vamos refletir e socializar a situação, pois “educar é usar o que pensamos para nos transformar no que somos” (Augusto Cury). A ideia de consciência coletiva e vontade geral é o que fomenta uma mobilização. No entanto, essa consciência parece estar sobreposta pelos interesses individuais. Nesse contexto, como despertar as pessoas para a necessidade de se trabalhar pelo bem comum?
----------	---	---	---

Figura 04 – Quadro com situações-problema sugeridas para atividades do Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook
 FONTE: Elaboração própria.

Tais situações foram lançadas semanalmente nos perfis dos estudantes-observadores mantendo diálogos controversos com os amigos do Facebook. Neste período, sempre se buscou aproveitar as pautas sobre os temas que surgiam na agenda política. Os diálogos eram analisados quantitativamente (número de “curtir” e de comentários, réplicas e tréplicas) e, qualitativamente, sendo sistematizados em *diários de campo* padronizados contendo sobre os principais tipos de comentários que surgiam no período de uma dada questão (críticas, elogios etc.), avaliação do grau de participação dos amigos do Facebook em termos quantitativos e qualitativos com relação a situação-problema, contendo análise dos conteúdos postados. Além disso, semanalmente eram realizadas observações em *fanpages*, perfis pessoais e institucionais de movimentos sociais, mobilizações sociais e ONGs que tratavam sobre os temas. A partir da percepção de uma parcela significativa de possíveis formadores de opinião, pessoas de diferentes idades, formações, ideologias e maior ou menor grau de consciência política, chegou-se a resultados trazidos por meio desta vivência “internetnográfica” sobre as formas da e-participação.

6. Quando “curtir” é participar ou não?

O conjunto dos resultados relatados pelos estudantes-observadores nos diários de campo referentes aos comentários e curtidas às três situações-problemas, evidenciam que o tema reforma política foi o que teve o maior número de “curtir” (117) nos três posts das equipes, seguidos por não-violência contra a mulher (60), violência (42) e educação (24). Isso ocorre também com o número de comentários. Porém, cabe ressaltar com relação ao tema reforma política, em termos de qualidade, foi o que apresentou menor qualidade dos comentários, talvez devido ao próprio desconhecimento de muitos sobre as propostas da Reforma. A tabela a seguir traz sinteticamente os resultados numéricos das atividades.

EQUIPE	Quantidade de Alunos-observadores	Quantidade total de amigos da equipe no Facebook	Nº. total de “curtir” dos <i>posts</i> sobre o tema	Nº. total de comentários dos <i>posts</i>
Violência	5	2329	42	14
Violência contra mulher	4	1833	60	19
Reforma Política	6	1663	117	20
Educação	5	1573	24	11
TOTAL	20	7398	243	64

Tabela 1 – Síntese dos resultados quantitativos do Monitoramento das Mobilizações e Participação Social da Sociedade Civil no Facebook

Fonte: Elaboração própria

Os principais comentários relacionados ao tema Reforma Política apresentaram opiniões muito distintas e, por vezes, extremas. Por exemplo, chamaram a atenção os comentários sobre o *post* da situação-problema 3, relacionada a afirmação do Ministro Joaquim Barbosa, que dividiu opiniões e restringiu-se a comentários no âmbito político-partidário. Acabou-se perdendo o foco da questão colocada sobre o papel da sociedade civil na reforma do judiciário para que fossem tecidas críticas ou elogios ao Ministro que estava na “crista da onda” na mídia naquele momento, devido ao julgamento do “mensalão” do Partido dos Trabalhadores. Deste modo, a equipe avaliou que proporcionalmente ao número de “curtir”, houveram poucos comentários, sendo que destes a maioria desvirtuaram o foco da discussão. Alguns comentários foram do tipo: “este é o maior inimigo do povo hoje e do partido do povo”, “antes os políticos nem eram julgados”, “julgamento em plena eleição é injustiça”. A equipe apontou que a participação política nas redes sociais geralmente tende com facilidade a redirecionar debates e influenciar opiniões que estão pautadas na mídia, inclusive de acordo com posicionamentos partidários. Militantes ou simpatizantes de partidos políticos têm aproveitado situações simples como a colocada para expressar suas ideologias e interesses. Isso evidencia como os participantes das redes sociais transformam ou não um tema em audiência, oferecendo possibilidades de interação que são pouco mais e escoadouros de problematização, com finas camadas de participação política efetiva (SHIRKY, 2011, 2012)

Com relação aos *posts* sobre a violência contra-mulher, a equipe destacou que houve pouca consciência sobre o tema por parte dos amigos do Facebook, porém, algumas sugestões inclusive com relação a realização de eventos na UFRB para discutir as questões. Um dos comentários mais curtidos foi evidenciando que as violências contra a mulher “não são apenas físicas, mas principalmente com relação a ofensas verbais e morais que machucam tanto quanto as outras”. A equipe ainda destaca que a situação-problema 3, que tratava sobre o problema das letras de música agredindo as mulheres (principalmente, as letras de pagodes) e quase estupros em blocos de carnaval em Salvador foi um dos *posts* menos curtidos e comentados, levando a inferir os motivos da maior passividade da população frente a tais questões. Outro fato é que este tema gerou uma

série de compartilhamentos das situações-problemas, levando a crer na ideia trazida por Shirky (2011) do compartilhamento como forma de engajamento cívico.

O tema violência tratado pela equipe que tinha o maior número de amigos (2329) atingiu, proporcionalmente, poucos comentários, apenas 14. A equipe observa que há, de fato, uma tendência das pessoas a se omitirem e não ter um olhar crítico sobre as situações de violência. Os comentários não aprofundavam nenhuma reflexão a respeito, apenas apontavam possíveis causas do aumento da violência. Apenas um dos *posts* fazia referência a questão da necessidade de se observar as dimensões “classe social e cor” para analisar a violência. Um outro comentário, sobre a situação-problema 3, comentando a questão da violência sexual contra crianças menores de 10 anos, afirma que não se trata de apenas termos leis mais severas, “mas uma educação melhor para que se possa entender que todos devem ser respeitados”.

Com relação ao tema educação houve uma baixa participação seja com “curtir”, seja com comentários. A equipe atribui isso a talvez esse ser uma assunto já “batido” e em que as soluções tem sido lentas. Porém, surgiram comentários interessantes no sentido de colocar a falta de consciência política e histórica do povo e que isso implica em questões educacionais. Os comentários sobre a relação educação, democracia e republicanismo foram muito simples.

De todos os resultados e percepções é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que há a e-participação adquire uma capacidade de simetria nas relações, já que tão logo às pessoas adquiram a capacidade de receber informações, elas adquirem também a capacidade de reproduzir, comentar, criticar, compartilhar, ou mesmo, desvirtuar determinadas mensagens (SHIRKY, 2011; PRIETO-MARTIN, 2012). O simples fato de “curtir” ou compartilhar algum *post* muitas vezes tem um significado de participar de uma discussão, mesmo quando se trate de algum problema que a lógica seja de “não-curir”. Logo, o sentido de participar torna-se cada vez mais efêmero no sentido de *fazer parte* e não necessariamente *tomar parte*. Surge assim, revisando a escada da participação proposta por Arnstein (2002), uma questão a ser desvendada: em que medida a e-participação leva a uma nova forma de participar enquanto *terapia* e *manipulação*, chegando ao máximo à *informação*? Além disso, nos leva a inferir que as discussões via Facebook podem ter um grande papel no sentido de resgatar o republicanismo, enquanto modo de vida e civilidade, e a democracia enquanto processo de aprendizagem.

6. Algumas considerações finais

Destarte todas as restrições metodológicas científicas e temporais apresentadas com relação a atividade, certamente foi possível perceber a importância da e-participação nas redes sociais para promover debates, mobilizações e ações em torno de varias questões de pública relevância. A

experiência de ensino-aprendizagem sobre participação aqui relatada demonstra a importância de ao ensinar tal tema, praticá-lo como forma de propiciar novas conexões e uma aprendizagem mais significativa.

De modo geral, pode-se afirmar que a possibilidade de participação social e política via Facebook pode potencializar a ascensão de novos sentimentos e ações republicanas, por meio da qualificação e despertar do interesse político, não necessariamente partidário. Além disso, o Facebook tem sido representado como um espaço social democrático, capaz de legitimar poderes daqueles que são vistos como “sem-voz” e “sem-poder”, podendo servir de ponte entre instituições políticas e sociedade. Porém, tal espaço se territorializa e desterritorializa com fluidez. Isso deve ocorrer seja pelo caráter intergeracional e interterritorial, além da quase sincronidade, que o torna um espaço informacional e afetivo, com “efeitos terapêuticos”. Como já salientado, o compartilhar ou o “curtir” aparece como uma forma contemporânea de engajamento cívico.

A experiência dos estudantes-observadores com a participação no Facebook forneceu oportunidades para exposição de perícia ou talento na formulação pública de quem cria uma motivação para respostas igualmente públicas, podendo haver uma tendência a que estas motivações permaneçam, mesmo que os protagonistas percam o interesse.

Enfim, buscou-se neste *paper* evidenciar a importância de estudos e práticas de e-participação, de modo a qualificá-las cada vez mais, no sentido de aprofundar as lógicas da participação, democracia e republicanismo on-line. Acredita-se que mais estudos sobre o uso do Facebook no desenrolar dos processos democráticos e nas articulações sóciopolíticas do país trazem grandes questões a serem pesquisadas e debatidas

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escala da participação cidadã. **Participe** – Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação, ano 2, n. 2, Porto Alegre: Núcleo, jan. 2002

BARRETO, Fernando. Mobilização Social... In: *Para Entender as Mídias Sociais*. Ana Brambilla, 2011. Disponível em: www.anabrambilla.com.br Acesso em 20 jan. 2012

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos, 95)

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004 [1997].

COHN, G. A atualidade da questão republicana no Brasil do século XXI. Entrevistas. In: CUNHA, A.S.; MEDEIROS; B. A.; AQUINO. L. M. **Estado, Instituições e Democracia**: república. Instituto de Pesquisa Brasília: Econômica Aplicada. - Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, livro 9, v. 1).

CONGO, M. **Um terço dos brasileiros tem Facebook:** País se torna o 2º em número de usuários. 23 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-tecnologico/2013/01/23/um-terco-dos-brasileiros-tem-facebook-pais-se-torna-o-2o-em-numero-de-usuarios/> Acesso em 25 jan. 2013.

CUNHA, A.S.; MEDEIROS; B. A.; AQUINO. L. M. **Estado, Instituições e Democracia:** república. Instituto de Pesquisa Brasília: Econômica Aplicada. - Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, livro 9, v. 1). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_voll1.pdf Acesso em 20 jan. 2011.

GAULEJAC. V. **A gestão como doença social.** Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução: Ivo Storino. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007 (Coleção Management, 4)

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

_____. **O protagonismo da sociedade civil.** Movimentos sociais, Ongs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005 (Questões da Nossa Época, 123)

LOPES, G. C. O papel das redes sociais como ferramenta de mobilização política da sociedade: uma análise da “Primavera Árabe”. Disponível em: <http://www.slideshare.net/gustavoclopes/o-papel-das-redes-sociais-como-ferramenta-de-mobilizacao-politica-da-sociedade-uma-analise-da-primavera-rabe> Acesso em 20 jan. 2013.

PRIETO-MARTÍN, P. “E pur si muove!” La participación electrónica más allá de los galimatías académicos. **Estudios.** Madrid: Instituto Universitario de Investigación Ortega e Gasset, Grupo de Investigación Gobierno, Administración y Gestión Pública. 2012. Disponível em: <http://www.gigapp.org/publicaciones/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/33> Acesso em 20 jan. 2013.

SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O. (orgs.) **Novas lentes sobre a participação:** utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012, 132p. (Publicações Pólis, 52) Disponível em: www.polis.org.br/uploads/1585/1585.pdf Acesso em: 02 mai. 2013

RAHNEMA, M. Participação. In: SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento.** Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 190-210, 2000.

RECUERO, R. A Nova Revolução: as Redes são as Mensagens. In: **Para Entender as Mídias Sociais.** Ana Brambilla, 2011. Disponível em: www.anabrambilla.com.br Acesso em 20 jan. 2012

SHIRKY, C. **Lá vem todo mundo.** O poder de organizar sem organizações. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **A cultura da participação.** Criatividade e generosidade no mundo conectado. Tradução: Celina Portocarrero, Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SPYER, J. **Conectado.** O que a internet fez com você e o que você pode fazer com ela. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

SZWACKO, J. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia In: SOUTO, A. L. S.; PAZ, R. D. O. (orgs.) **Novas lentes sobre a participação:** utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012. (Publicações Pólis, 52) Disponível em: www.polis.org.br/uploads/1585/1585.pdf Acesso em: 02 mai. 2013

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D., **Mobilização Social.** Um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal,

Secretária de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABEAS, UNICEF, 1997, 104p.

WERNECK VIANA, Luís. A atualidade da questão republicana no Brasil do século XXI. Entrevistas. In: CUNHA, A.S.; MEDEIROS; B. A.; AQUINO. L. M. **Estado, Instituições e Democracia**: república. Instituto de Pesquisa Brasília: Econômica Aplicada. - Ipea, 2010. (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro ; Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia, livro 9, v. 1).